

## DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL EM PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA IMPrensa ACREANA: o caso Fernanda e a população LGBTQIA+<sup>1</sup>

Antônio Guilherme de Lima SANTOS<sup>2</sup>

Juliana LOFEGO<sup>3</sup>

Universidade Federal do Acre – Ufac, Rio Branco, AC

### RESUMO

O artigo é oriundo de uma monografia do curso de Jornalismo, cujo objetivo foi verificar qual a conduta da imprensa acreana ao retratar pessoas LGBTQIA+. Foi realizada uma análise de conteúdo de materiais jornalísticos de três webjornais sobre o caso Fernanda Machado – Ac24Horas, ContilNet e g1 Acre. E identificada a reprodução de estigmas e estereótipos, assim como infrações éticas ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética jornalística; Webjornalismo; LGBTfobia; Discriminação.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é proveniente do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado na modalidade de Monografia, no ano de 2022, para o curso de bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac), orientado pela Dr.<sup>a</sup> prof. Juliana Lofego, cujo interesse foi analisar notícias da imprensa acreana sobre a população LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e mais).

A proposta surgiu por observações de que esta população, ao ser retratada pelos meios de comunicação, muitas vezes se sente discriminada, resultado de processos estruturais que corroboraram para a naturalização do preconceito sobre essas pessoas. Uma lacuna observada na representação das pessoas LGBTQIA+ na imprensa foi de que assuntos que contemplam a diversidade atrelada a essas pessoas tendem a ser estigmatizados.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Mestrando em Mídia e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG). E-mail: [antonio.guilherme@discente.ufg.br](mailto:antonio.guilherme@discente.ufg.br).

<sup>3</sup> Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Professora Associada do curso de bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: [juliana.lofego@ufac.br](mailto:juliana.lofego@ufac.br).

---

No jornalismo contemporâneo, fortemente representado no webjornalismo por uma visão corporativa, muitas vezes é dada mais relevância à quantidade de acessos em seus portais ou à velocidade que uma informação inédita é divulgada, às vezes em detrimento da qualidade da informação. Jornalistas precisam refletir sobre o impacto social das suas práticas, pois um erro pode atingir pessoas, a integridade ou dignidade de alguém. Sua conduta profissional deve ter como objetivo o combate a perseguições e discriminações.

Discussões sobre sexualidade e identidade de gênero ainda são pouco abordadas pela imprensa e alguns conteúdos são considerados tabus para a sociedade brasileira. Há uma cultura vinculada a conceitos socioestruturais tradicionalistas, binaristas, heterossexistas e religiosos que atravessam o comportamento social e político. Nessa ideia, o jornalismo tende a reproduzir um certo pensamento social do seu tempo, o que pode levar a reforçar esses condicionantes discriminatórios e preconceituosos.

Para buscar observar como essas práticas ocorrem, o objeto de análise desta pesquisa foi uma seleção das matérias jornalísticas sobre o caso Fernanda Machado, travesti assassinada em 2020, em Rio Branco, Acre. A vítima foi morta a pauladas e pedradas por crime de transfobia. Foi realizada uma análise das reportagens jornalísticas dos três veículos acreanos mais populares de comunicação online – Ac24Horas, ContilNet e g1 Acre – para identificar se houve violações éticas ou a leis. Com relação à análise dos dados, foi utilizada a técnica análise de conteúdo de matérias jornalísticas, além de identificar se nos textos houve infrações previstas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Entendendo a imprensa como ferramenta de formação de opinião social, a proposta foi analisar como o crime contra a travesti foi noticiado.

O referencial teórico adentra em conteúdos que explicitam as condições de gênero, sexualidade, cultura e identidade no jornalismo e postura ética profissional. Buscou se evidenciar a história da sexualidade e da construção de gênero na sociedade, levando em consideração os contextos sócio estruturais hierárquicos atrelados à formação dos jornalistas.

## **SEXUALIDADE E GÊNERO**

As questões de LGBTfobia são reproduzidas há muito tempo em contextos políticos, econômicos, culturais, religiosos e sociais. Isto porque há uma hierarquização

do sexo na sociedade. As identidades de sexualidade e gênero foram se transformando durante diversos processos da sociedade. Enquanto os anos iam se passando as condições que envolviam este tipo de assunto iam se tornando menos discutidas, transformando essas questões em controle social e de poder. Segundo Foucault (2016), esse controle foi moldando a forma de pensar e a percepção das pessoas, por influência da igreja católica e da política. Nesse sentido, os processos culturais foram se moldando às questões de gênero, além das percepções de orientação sexual.

O conceito de identidade binária e heterossexualidade se infiltraram nos padrões de sociedade, o que corroborou para que outros fatores culturais fossem sendo modificados. Isso possibilitou o surgimento de estigmas e estereótipos a indivíduos que não correspondessem a essas mentalidades e identidades. Deste modo, uma cultura de hierarquização foi se consolidando entre as pessoas, e tudo que se desassociasse era marginalizado. Os estudos foucautianos explicam a hierarquização do sexo atrelado às identidades do homem e da mulher na sociedade. No qual, a mulher é inserida como um sujeito de submissão e inferioridade, ficando condicionada apenas a atividades de casa e procriação. A masculinidade do homem é construída pela sua brutalidade e dominação. A influência disso também partiu da Igreja Católica, que dominou parte da sociedade ocidental por meio das crenças individuais. O controle dessas práticas era justificado pelas penalidades que as provocações das perversidades da alma poderiam ocasionar na vida dos sujeitos que fugissem das ordens da divindade espiritual.

Os homossexuais estão entrelaçados a esta mesma perspectiva “biológica” (BENEDETTI, 2005; TERNO JUNIOR, 1999), o que gera um sentimento de frustração por esses sujeitos, que automaticamente são submetidos a riscos de vulnerabilidade social, pois são tratados como sujeitos “anormais” (BUTLER, 2010). Segundo Borrillo (2010, p.9), a LGBTfobia acaba se revelando um sistema de humilhação, exclusão e violência diante de organizações da sociedade, e podem concentrar-se numa condição de inferiorização ainda maior quando atreladas ao racismo e à classe social.

Por meio disso, quando sujeitos não são inseridos nos padrões de cisgeneridade, também são contemplados a estigmas de “heterossexismo”, construído na cultura de existência de sexualidades “em que logicamente a heterossexualidade ocupa condições de superioridade e privilégio, e domínio de espaço” (BORRILLO, 2010, p. 31). Quando opostos a estes, são estigmatizados a estereótipos, fazendo com que fiquem suscetíveis às

---

condições de discriminação e violências por não se enquadrarem nos conceitos hegemônicos.

Partindo dessa mesma hipótese, quando aplicada à vivência de travestis e transexuais, a realidade é ainda mais complexa, isso porque a sociedade já é estruturada a percepções culturais constituídas ao sistema social de cisgeneridade e heterossexismo. Dessa forma, este grupo, além de ser visualizado primeiramente por seus corpos, que são estigmatizados, fica sujeito a mais condições de vulnerabilidade, violência e marginalização, porque há negligência à visibilidade dessas pessoas. Em paralelo a isto, quase não há políticas públicas, condicionamentos jurídicos e sociais que possam garantir segurança e estabilidade de sobrevivência para esses sujeitos.

Desconstruir culturas heteronormativas ainda é uma condição complexa, pois a sociedade está presa a construções culturais hegemônicas. Dessa forma, há uma politização dos corpos LGBTQIA+ no sentido da liberdade e visibilidade para essa população. Esses valores colocam, principalmente, homens brancos heterossexuais cisgêneros em uma condição de privilégio – de papéis, status, moral, social etc. Segundo Borrillo (2010), o que caracteriza esses "destinos da natureza" são respostas de processos culturais antropológicos, pois já se tem estruturado na cabeça de muitas pessoas a ideia de que determinados indivíduos são condicionados a ocuparem determinados espaços de privilégio.

E quando há reivindicações de populações marginalizadas, suas manifestações são deslegitimadas por quem desconhece seus contextos, muitas vezes ocupando posições de poder. Isso reforça também a dificuldade dessas pessoas em ocuparem espaços de privilégio, pois há muitas barreiras que os descredenciam de outras possibilidades de vida. Portanto, é necessário não confundir lugar de fala com representatividade, mesmo que sigam uma lógica de similaridade, pois o conceito está em romper com a cultura hegemônica de lugares onde certas abordagens não são difundidas. "Romper com a lógica de que somente subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem" (RIBEIRO, 2017, p. 84). É preciso saber reconhecer o seu lugar na sociedade e confrontar os espaços onde determinados assuntos são pouco discutidos. Ou seja, o jornalismo pode atuar na desconstrução dessas ideias cristalizadas, quando compreendidas as necessidades de dar visibilidade aos conteúdos que serão divulgados, considerando reivindicações, estereótipos e estigmas.

---

## JORNALISMO DIGITAL, DEMOCRÁTICO E ÉTICO

A difusão em rede online exige que os jornalistas sejam mais ágeis e rápidos em virtude do furo jornalístico (a publicação de um assunto antes dos demais concorrentes), o que tem impactado a qualidade da divulgação de informações. O jornalismo digital veio introduzir profundas alterações no ambiente comunicacional.

No Brasil, a chegada da era digital possibilitou, inicialmente, um webjornalismo menos difundido e em adaptação, pois o acesso à internet não era amplo para a população. Entrelaçado a isso, os textos também não tinham originalidade na adequação ao novo formato, pois o jornalismo ainda era condicionado pela reprodução dos impressos, do telejornalismo e radiojornalismo. A adaptação e valorização para o formato digital se tornou mais autêntica quando as redes sociais e blogs começaram a ser utilizados pelos usuários.

Lévy (2000, p. 56) explica que “o suporte digital traz uma diferença considerável em relação aos hipertextos que antecedem a informática”. De acordo com o autor, isso acontece porque as pesquisas realizadas pela internet são encontradas em fração de segundos, considerando a condição de agilidade e velocidade como uma vantagem para os usuários digitais. Outra vantagem se dá em assuntos de interesse do leitor, pois também podem ser encontrados com mais profundidade através dos hipertextos, que não se limitam apenas aos elementos textuais, mas também à imagem e ao audiovisual.

A divulgação de informações também passou a exigir que os profissionais estivessem cada vez mais rapidez nas suas atividades e publicações, pois o acesso aos materiais jornalísticos se tornou globalizado e instantâneo. Outra necessidade passou a ser de jornalistas cada vez mais multifuncionais, um mesmo profissional responsável por todo registro multimídia da cobertura de um fato. E terem domínio acerca de assuntos convencionais, pois divulgar uma informação equivocada pode causar uma série de reações, dentre elas repúdio e comprometimento da credibilidade do veículo.

Recuero (2009) explica que nas redes sociais há atores dotados de interesses, percepções, sentimentos e perspectivas, ligados a outros grupos de pessoas que acreditam nestes mesmos conhecimentos, ideais ou valores, formando nichos ou bolhas de interesses. Ferrari (2003) faz uma série de afirmações sobre os novos condicionamentos impostos aos jornalistas, em que o profissional deve assumir uma responsabilidade maior sobre os assuntos que serão divulgados. De acordo com a autora, como a internet é um

---

espaço de buscar várias alternativas de informação, os conteúdos não devem ser superficiais, incompletos nem muito menos descontextualizados. “É sempre melhor colocá-la (a notícia) no ar com qualidade, ainda que dez minutos depois dos concorrentes” (FERRARI, 2003, p. 53).

Outra questão está no funcionamento de certas práticas jornalísticas: a produção de materiais tendenciosos, de cunho sensacionalista, que favorecem a reprodução de distorções de informação, ou seja, a desinformação sobre determinados assuntos. Nesta mesma perspectiva, Jenkins, Green e Ford (2014, p. 42) explicam que mesmo que tenhamos determinado domínio de temas e tecnologias, por estarmos ligados às nossas bolhas sociais temos determinados acessos às informações de acordo com aquilo que os algoritmos filtram na pesquisa do usuário da internet.

Desse modo, é necessário entender a imprensa como ferramenta de democratização para os processos políticos e sociais que contemplam as reivindicações da sociedade. Isso porque o acesso à informação é um direito de todo cidadão, e entende-se que o papel da imprensa é tornar a comunicação uma estratégia que possa dialogar com os diversos sujeitos sociais. Maurizi (2001) afirma que a imprensa, além de democratizadora, também é responsável por formação de opinião, ou seja, “[...] o acesso às informações que as pessoas possam ter, que sirvam como suporte para a tomada de decisões sobre os cursos de ação que estas queiram seguir”.

Neste sentido, o jornalismo tem que se tornar um lugar acessível para que a diversidade de sujeitos sociais ganhe voz e visibilidade. Eugênio Bucci (2009) explica que “sem o livre fluxo de informações e opiniões, o regime democrático não funciona, a roda não gira. A delegação do poder e o exercício do poder delegado dependem do compartilhamento dos temas de interesse público entre os cidadãos” (BUCCI, 2009, p. 113).

Grandes veículos e corporações do jornalismo brasileiro, como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER) possuem normas e princípios éticos estabelecidos, contudo, voltados para a conduta profissional há apenas o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros em vigor, que foi desenvolvido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Desse modo, observar como a ética profissional será percebida pela sociedade é o primeiro passo para compreender o impacto de suas ações. Para Karam (2004) trabalhar a especificidade ética do jornalismo é um condicionamento que deve ser aplicado à uma universalidade humana.

---

Por tanto, entender o impacto das suas práticas como correspondentes de juízo, valor e formação social é o que os jornalistas devem refletir ao construir e entregar suas produções. Realçamos aqui, a disposição do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros sobre a conduta do profissional jornalista no combate a perseguições e discriminações diversas:

Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (FENAJ, 2007, p. 2)

Neste sentido, a ética profissional somada à liberdade de imprensa deve pautar as práticas sempre com o objetivo de combater discriminações e cumprir com os deveres de democracia.

## **ESTEREÓTIPOS NA IMPRENSA E DADOS SOBRE TRANSFOBIA**

A homossexualidade e a transexualidade se tornaram assuntos mais frequentes na imprensa quando começaram associar a população LGBTQIA+ ao surto de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Os estigmas e estereótipos atrelados aos gays se ampliaram pela forma como a imprensa divulgou materiais jornalísticos sobre esses sujeitos entre os anos de 1980/1990. Segundo Trevisan (2007), o surgimento da AIDS precarizou os processos de inclusão, pois aconteceu uma associação estereotipada atrelada à doença e à sexualidade dessas pessoas. Dessa forma, segundo Facchini (2003, p.199), políticas públicas de saúde começaram a ser desenvolvidas para atender à "comunidade homossexual".

Nesta perspectiva, o jornalista que não percebe suas concepções estigmatizadas tende a reproduzir isso em suas produções profissionais. O que é preocupante, já que o jornalismo também é responsável por reforçar ideias de uma representação de mundo. Por tanto é responsabilidade ética do jornalista ser responsável e sensível ao abordar assuntos que não tem conhecimento, pois uma abordagem descuidada pode reproduzir estigmas. Os discursos de representação pelos meios de comunicação de massa, por mais que tentem conscientizar sobre respeito à população LGBTQIA+, ainda têm uma ótica heteronormativa e cisgênero na gênese desses materiais que podem acabar ocasionando efeitos contraditórios. “Entendemos que a representação midiática dos LGBT não é



---

necessariamente positiva quando há visibilidade da identidade de gênero ou da orientação sexual” (GONÇALVES, 2017. p. 34).

Em 2020, 175 pessoas transexuais e travestis foram mortas vítimas de transfobia no Brasil, atrás apenas dos dados de 2017, que registraram 179 mortes, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA 2017; 2018; 2021; 2022). O número representa aumento de 29% em relação às 124 mortes registradas em 2019. “Diante dos dados, chegamos à estimativa de que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos.” (ANTRA, 2017, p. 16). Neste comparativo de dados, o Brasil, no ano de 2021, continuou a ser considerado, pelo 13º ano consecutivo, o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. No Acre, os registros são menores, mas deve-se levar em consideração também os casos de transfobia que podem ser negligenciados. Segundo o dossiê, o estado acreano tem registradas três mortes por transfobia desde 2017. Uma a cada ano, com exceção de 2019, em que não houve nenhum dado reportado.

## **O CRIME NOTICIADO**

Fernanda Machado da Silva tinha 27 anos quando foi assassinada na capital rio-branquense, do estado do Acre, no dia 25 de julho de 2020. A travesti foi morta durante a madrugada, às 2h50 de uma quinta-feira, na Rua Minas Gerais, bairro Preventório. Ela foi abordada por três homens, entre eles um menor de idade, que a acusaram de ter furtado um aparelho celular. A primeira reação da vítima foi negar a acusação, no entanto, em seguida, foi atacada a pauladas, com uma ripa e pedaços de madeira, golpes corporais, pedras e tijolos, até ficar totalmente imóvel com as agressões. Entretanto, a vítima não resistiu e morreu enquanto estava sendo atendida pelos paramédicos.

Em seguida, foi investigado o paradeiro dos suspeitos de assassinato. Eles foram capturados nove dias depois (em 03 de agosto de 2020). Depois de investigações, o caso foi encaminhado para audiência de instrução pela Vara de Delitos e Organizações Criminosas e foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Acre (MPE/AC) através do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Eles foram denunciados por crimes de tortura com resultado de morte, corrupção de menor e organização criminosa. Após 281 dias desde o assassinato, os infratores foram



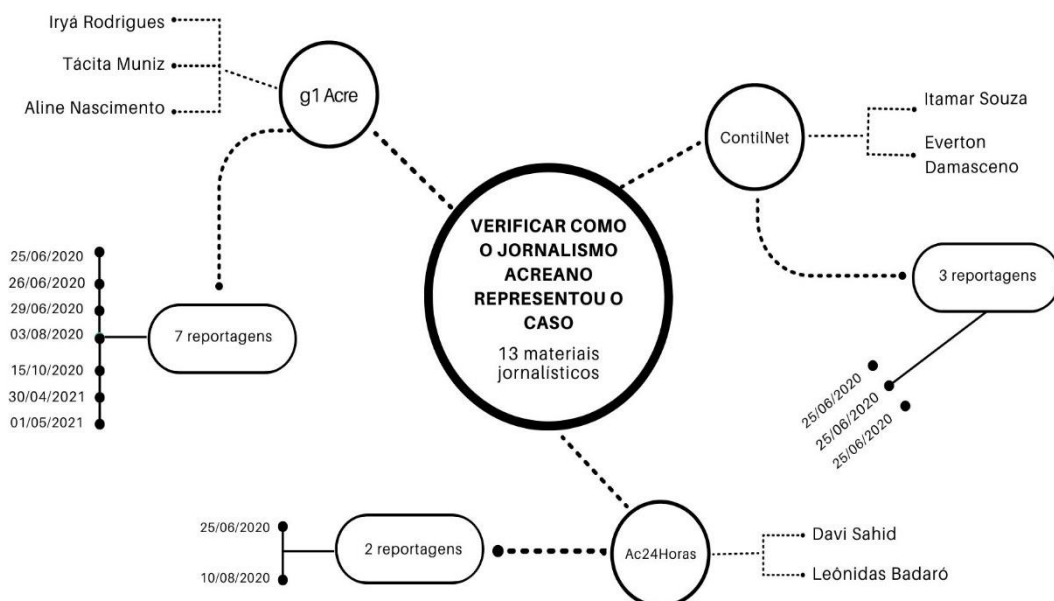
condenados pelos crimes denunciados. A prisão sentenciada foi de 19 anos e 10 meses, em regime inicial fechado, em penas individuais.

## ANÁLISE NA IMPRENSA ACREANA

Para realizar a pesquisa foi feita a utilização de uma abordagem metodológica qualitativa utilizando a técnica análise de conteúdo com base na teoria desenvolvida por Bardin (2011) para a abordagem de notícias sobre um crime de transfobia que aconteceu no Acre em 2020. O fato foi divulgado por três jornais online locais, sediados em Rio Branco: Ac24Horas, ContilNet e g1 Acre. Foram selecionadas 12 matérias jornalísticas publicadas nos três veículos.

Em uma primeira etapa as notícias foram organizadas em uma tabela contendo as principais descrições: nome do jornal; título da matéria, data de publicação em que foram veiculadas, link de acesso aos materiais e a identificação dos respectivos repórteres. Na segunda etapa, foram analisados os materiais jornalísticos, imagem e texto, identificando se havia reproduções de estigmas e estereótipos, além da identificação de infrações éticas cometidas pelos jornalistas, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

**FIGURA 1: Estrutura da pesquisa de checagem das reportagens jornalísticas dos três veículos de comunicação do Acre**



(Autoria própria, 2022)

O portal de notícias g1 Acre produziu sete materiais jornalísticos acerca do assunto. Duas matérias foram veiculadas no jornal Ac24Horas. Já o site ContilNet desenvolveu três matérias.

#### QUADRO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS ANALISADAS

Jornal	Título da Matéria	Data	Repórter
Ac24Horas	Travesti é encontrada morta com marcas de agressões em Rio Branco	25/06/2020	Davi Sahid
Ac24Horas	Polícia Civil prende suspeitos de matarem travesti a pauladas em Rio Branco	10/08/2020	Leônidas Badaró
ContilNet	Travesti é encontrada morta com marcas de agressões em Rio Branco	25/06/2020	Ithamar Souza
ContilNet	MPAC diz que vai investigar morte de travesti que teria sido violentada com pauladas	25/06/2020	Everton Damasceno
ContilNet	Grupo diz que travesti foi morta à pauladas no AC: “Política de extermínio”	25/06/2020	Everton Damasceno
g1 Acre	Travesti é morta a pauladas em Rio Branco e polícia investiga o caso	25/06/2020	Iryá Rodrigues
g1 Acre	Polícia Civil aguarda laudo para confirmar causa da morte de travesti no AC e tenta identificar agressores	26/06/2020	Iryá Rodrigues
g1 Acre	MP divulga vídeo em que travesti morta a pauladas no AC fala de violência: ‘levanto o amor’	29/06/2020	Iryá Rodrigues
g1 Acre	Dois são presos suspeitos de assassinar travesti a pauladas no Acre	03/08/2020	Aline Nascimento
g1 Acre	Prints mostram troca de mensagens entre suspeitos de matar travesti a pauladas no Acre	15/10/2020	Tácita Muniz
g1 Acre	Após audiência, acusados de matar travesti a pauladas no Acre aguardam sentença	30/04/2021	Iryá Rodrigues e TÁCITA MUNIZ
g1 Acre	Acusados de matar transexual a pauladas são condenados a quase 40 anos no Acre	01/05/2021	Iryá Rodrigues e TÁCITA MUNIZ
3	12	-	7

(Autoria própria, 2022)

O webjornal **Ac24Horas** foi responsável por produzir duas matérias. Na primeira matéria jornalística, o ponto de partida para análise se dá pelo uso e divulgação

---

indevidos de imagem, ainda mais quando levado em consideração que se trata de um corpo que se encontra ferido e machucado. Infringindo o Artigo 6º, nos parágrafos VI e VIII (FENAJ, 2007), este tipo de abordagem, além de ser antiética para o jornalismo, também é caracterizada por necessidade de atrair leitores da internet por meio do sensacionalismo. Na matéria também são transcritas alegações inverídicas, ao acusar a vítima por uso de entorpecentes químicos, sem ter a comprovação através de um laudo médico pericial.

O repórter divulga que Fernanda estava bêbada, que estava há dias fazendo uso de bebidas alcoólicas, segundo a polícia. Essa construção, sem a comprovação de um laudo médico, também pode ser caracterizada como uma abordagem estigmatizada pelo fato de ser uma travesti que trabalhava com prostituição, conforme observado no trecho destacado. Ao acusar indevidamente, sem as investigações concretas do caso, o texto induz o leitor a associar a travesti a um indivíduo de marginalizado, já que, possivelmente, estava drogada e alcoolizada. Ou seja, por estar alterada ou alucinada, sob efeitos químicos, entrou em uma confusão contra uma outra pessoa, e devido ao uso intenso dos entorpecentes, desfalceu.

Dessa forma, as infrações cometidas estão previstas no Código de Ética no Art. 2º, parágrafo II; Art. 4º; Art. 6º, parágrafo VI, VIII, XIV; Art. 11º, parágrafo II; Art. 12º, parágrafo II, III e VIII; Art. 14º, parágrafo III (FENAJ, 2007). Na segunda matéria veiculada, ao contrário da primeira, não foi identificada nenhuma infração ética voltada para o tratamento preconceituoso à vítima.

O segundo webjornal acreano analisado foi o **ContilNet**, responsável por produzir três matérias para o site a respeito do caso. Na matéria com o título “Travesti é encontrada morta com marcas de agressões em Rio Branco”, podemos encontrar as primeiras infrações cometidas, destacadas pela divulgação da foto da vítima desfalecida no chão, com teor sensacionalista, a fim de atrair o público à notícia pelo crime, o que fere os Art. 6º, parágrafo VI e VIII; e Art. 11º, parágrafo II (FENAJ, 2007). Durante a leitura do texto, compreende-se que Fernanda teria sofrido uma agressão física ao se envolver em uma discussão. Em outro parágrafo, ainda sem a comprovação do laudo médico pericial, o jornalista aponta uma possível causa da morte por uso de excessivo de drogas, o que justificaria a sua parada cardíaca. Essa prática novamente pode ser conduzida a uma condição de estigma e estereótipo por um corpo travesti, ligada novamente à condição trabalhista ou motivada pela sua própria identidade de gênero.

---

Na segunda matéria intitulada: “MPAC diz que vai investigar morte de travesti que teria sido violentada com pauladas”, não foi encontrada nenhuma infração ou forma de discriminação pelo autor da matéria. Já na terceira e última matéria, de título: “Grupo diz que travesti foi morta a pauladas no AC: “Política de extermínio”, sem identificação de autoria no site, a única infração identificada é o tom sensacionalista da reportagem ao divulgar imagens do corpo da vítima desfalecido no chão, o que infringe os itens do código de ética previsto no Art. 4º; Art. 6º, parágrafo VI, VIII e XIV, Art. 7º, parágrafo V; Art. 11º, parágrafo II (FENAJ, 2007).

O terceiro veículo de comunicação analisado é o portal de notícias do Grupo Globo, o **g1 Acre**, desenvolvido pela afiliada Grupo Rede Amazônica. Este foi o único portal de notícias a ter acesso a informações restritas sobre o processo, que estavam sendo mantidas em sigilo para investigações.

Por fim, seguindo os levantamentos realizados não foi identificada nenhuma infração ética nas sete matérias de autoria do g1 Acre. O portal inclusive foi o único responsável por acompanhar a longo prazo o processo criminal que se mantém em sigilo pela Justiça, e por ter produzido mais conteúdo jornalístico sobre o caso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou ampliar a compreensão de como o jornalismo local tem atuado em relação ao tratamento das pautas com a temática LGBTQIA+. Percebe-se que ainda falta humanização ao fazer essas coberturas jornalísticas, com tendência a se reproduzir estereótipos enraizados na sociedade. Destaca-se também que houve despreparo por parte das autoridades policiais envolvidas ao reproduzirem estigmas sobre a identidade da vítima. Outro ponto que também deve ser ressaltado está em como estas autoridades de segurança não identificam as ocorrências por crimes de *homosbotransfobia*, o que acaba dificultando o acesso a dados desses índices de violência por desconsiderarem este tipo de crime. Isso está atrelado a estes aspectos socioculturais que também são institucionalizados resultando condições de negligência política, social e jurídica.

Por outro lado, o g1 Acre, como mostrado nas análises, mesmo cobrindo um número maior de reportagens, não infringiu o código de ética. Na linha editorial da Globo,

por ter notoriedade nacional, percebe-se que há uma preocupação maior quanto aos critérios de noticiabilidade antes de realizar divulgações.

A pesquisa também observou a carência de estudos especializados para aprimorar a capacidade profissional dos jornalistas frente a esses temas. Isso porque, em entrevista, todos alegaram pouca familiaridade sobre os assuntos. A imparcialidade jornalística, ainda que seja um princípio fundamental, não é contemplada ao compararmos determinadas situações semelhantes em que sujeitos subalternos são representados pela mídia.

Uma questão observada se dá na pouca relevância dada por jornalistas homens a humanizar essas decorrências. Isso é conferido tanto pelas infrações cometidas nas matérias jornalísticas publicadas. O que pode explicar isso está nos embasamentos teóricos apresentados nesse trabalho, quando mostra que o lugar de privilégio ocupado por determinadas pessoas os coloca em condição de pertencimento a certos espaços, o que dificulta o interesse por conteúdos que não os atravessam. Isso porque há uma construção social ligada a culturas estruturais que podem transformar o ser humano a se comportar ou ter percepções de mundo hegemônicas. Por fim, a voz da mídia se faz necessária até mesmo para que haja mais garantia de direitos e menos vulnerabilidade desse público, ao levar em consideração o alto índice de LGBTfobia do Brasil. Mas também pelo acesso a informações de qualidade, além de quantidade de dados sobre esses conteúdos, pois a LGBTfobia no estado do Acre pode estar sendo negligenciada pelas autoridades.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e violência contra pessoas TRANS em 2021**. Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, Antra, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em 26 de jun. 2022.

BORRILLO, Daniel. **História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BADARÓ, Leônidas. Polícia Civil prende suspeitos de matarem travesti a pauladas em Rio Branco. **Ac24Horas**, Acre – Rio Branco, 03 de ago. 2020. Disponível em: <https://ac24horas.com/2020/08/03/policia-civil-prende-suspeitos-de-matarem-travesti-a-pauladas-em-rio-branco/>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BORRILLO, Daniel. **História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAMASCENO, Everton. MPAC diz que vai investigar morte de travesti que teria sido violentada com pauladas. **ContilNet**. Acre – Rio Branco, 25 de jun. 2020. Disponível: <https://contilnetnoticias.com.br/2020/06/mpac-diz-que-vai-investigar-morte-de-travesti-que-teria-sido-violentada-com-pauladas/>. Acesso em 11 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Grupo diz que travesti foi morta à pauladas no AC: “Política de extermínio. **ContilNet**. Acre – Rio Branco, 25 de jun. 2020. Disponível: <https://contilnetnoticias.com.br/2020/06/grupo-diz-que-travesti-foi-morta-a-pauladas-no-ac-politica-de-exterminio/>. Acesso em 11 de jun. 2022.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: GREEN, James; MALUF, Sônia. **Cadernos AEL**: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas. v. 10, n. 18-19, 2003.

FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: Fenaj, 2007.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**: A vontade do saber. Vol. 1. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

GONÇALVES, G. O. **Signo da diversidade**: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/>. Acesso em 04 de jun. 2022.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da Conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

KARAM, Francisco José. **Formação e ética jornalística**. Portal UFSC, Santa Catarina, SC, 2004. Disponível: [www.jornalismo.ufsc.br](http://www.jornalismo.ufsc.br). Acesso em 8 de mai. 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. Disponível: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>. Acesso em: 04 de set. 2022.

MAURIZI, María Rosa. El acceso a la información pública: un derecho de los ciudadanos y una obligación del Estado. El caso chileno. **Magazine**, n. 21. set. 2001.

MUNIZ, Tácia. Prints mostram troca de mensagens entre suspeitos de matar travesti a pauladas no Acre. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 15 de out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/10/15/prints-mostram-troca-de-mensagens-entre-suspeitos-de-matar-travesti-a-pauladas-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

NASCIMENTO, Aline. Dois são presos suspeitos de assassinar travesti a pauladas no Acre. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 03 de ago. 2020. Disponível em: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/08/03/dois-sao-presos-suspeitos-de-assassinar-travesti-a-pauladas-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura) 191 p.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RODRIGUES, Iryá. Travesti é morta a pauladas em Rio Branco e polícia investiga o caso. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 25 de jun. 2020. Disponível: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/25/travesti-e-morta-a-pauladas-em-rio-branco-e-policia-investiga-o-caso.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Polícia Civil aguarda laudo para confirmar causa da morte de travesti no AC e tenta identificar agressores. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 26 de jun. 2020. Disponível: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/26/policia-civil-aguarda-laudo-para-confirmar-causa-da-morte-de-travesti-no-ac-e-tenta-identificar-agressores.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. MP divulga vídeo em que travesti morta a pauladas no AC fala de violência: ‘levanto o amor’. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 29 de jun. 2020. Disponível: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/29/mp-divulga-video-em-que-travesti-morta-a-pauladas-no-ac-fala-de-violencia-levanto-o-amor.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

RODRIGUES, Iryá; MUNIZ, Tácita. Após audiência, acusados de matar travesti a pauladas no Acre aguardam sentença. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 30 de abr. 2021. Disponível: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/30/apos-audiencia-acusados-de-matar-travesti-a-pauladas-no-acre-aguardam-sentenca.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Acusados de matar transexual a pauladas são condenados a quase 40 anos no Acre. **G1 Acre**, Acre – Rio Branco, 01 de mai. 2021. Disponível: <https://G1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/05/01/acusados-de-matar-travesti-a-pauladas-sao-condenados-a-quase-40-anos-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

SAHID, Davi. Travesti é encontrada morta com marcas de agressões em Rio Branco. **Ac24Horas**. Acre – Rio Branco, 25 de jun. 2020. Disponível: <https://ac24horas.com/2020/06/25/travesti-e-encontrada-morta-com-marcas-de-agressoes-em-rio-branco/>. Acesso em 10 de jun. 2022.

SOUZA, Ithamar. Travesti é encontrada morta com marcas de agressões em Rio Branco. **ContilNet**. Acre, RBR, 25 de jun. 2020. Disponível: <https://contilnetnoticias.com.br/2020/06/travesti-e-encontrada-morta-com-marcas-de-agressoes-e-suspeita-de-overdose-em-rio-branco/>. Acesso em 11 de jun. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.